



# Anais da Assembléia

Nº. 26

CURITIBA QUINTA-FEIRA EM 15 DE ABRIL DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1982

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Nelson Friedrich.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agilbert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielise Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gabriel Manoel. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de pesar pelo passamento ocorrido, nesta Capital, da Senhora ALZIRA SOUZA RIBEIRO.

REQUER, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, através de seu filho, Senhor RENA-TO RAMOS RIBEIRO.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor LAURINDO PARMEGIANI, ocorrido no início do mês de abril, no Município de Capitão Leônidas Marques.

O extinto, há vários anos, era professor e pessoa muito querida por alunos, colegas e pela população do Município de Capitão Leônidas Marques, onde se destacou em suas funções, estando lotado, nos últimos dias de sua vida, na Escola Antônio de Castro Alves, naquele município.

Requer-se, outrossim, que se dê ciência do presente à família enlutada, na pessoa de sua mãe CATHARINA MARIA PARMEGIANI, residente à Rua Paranapanema, s/ n.º, Município de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER instalação de Agência do Banestado no Distrito de Iracema, Formosa do Oeste.

Sr. Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jucundino Furtado, Presidente do BANESTADO, de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1982.

(a) WERNER WANDERER.

##### JUSTIFICATIVA:

A instalação desta Agência se faz necessária em virtude de ser uma região essencialmente agrícola, e todas as operações bancárias nesta localidade auxiliarão também sobremaneira aos moradores que fazem cercania ao Distrito de Iracema.

Contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares, por ser este pedido revestido de real interesse para o distrito, uma vez que o mesmo contribui grandemente com sua produção para o progresso e desenvolvimento de nosso Estado.

#### REQUERIMENTO

##### SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Conselho Nacional de Trânsito — CONTRAN.

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao órgão nominado na súmula, sugerindo a elaboração de estudos para expedição de CARTEIRA DE HABILITAÇÃO MUNICIPAL ESPECIAL e oferece alguns elementos normativos:

- A Carteira será expedida especificamente a motoristas ou tratoristas, radicados na área rural, proprietários ou empregados, após apresentação de documentos atestatórios de residência e prestação de exame de habilitação;
- tais exames serão bastante simplificados, eliminando-se a obrigatoriedade do exame psicotécnico e do conhecimento da legislação não aplicável e não usual dentro da circunscrição municipal,
- a Carteira terá validade exclusivamente dentro dos limites municipais onde seu portador exercer suas atividades.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI.

## JUSTIFICATIVA:

Comprovou-se ser desnecessária a aplicação de exames por demais severos, para pretendentes à Carteira de Habilitação a residentes em área rural, nos moldes dos exigidos para os que se dispõem a trafegar em grandes centros urbanos ou em rodovias de tráfego intenso.

Por outro lado, a criação da CARTEIRA DE HABILITAÇÃO MUNICIPAL PARA AGRICULTOR, eliminará substancialmente a interferência e o aproveitamento de políticos inescrupulosos que se valem do uso de suas influências para atingirem seus objetivos eleitoreiros, mesmo ilicitamente.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Jucundino Furtado, digníssimo Presidente do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, para que seja instalada uma agência do Banco do Estado no Distrito do PANEMA, Município de Santa Mariana.

Considerando que o Distrito do PANEMA, situado na região das mais férteis terras do Paraná, está tendo desenvolvimento dos mais intensos. Produzindo em alta escala, algodão, milho, soja, feijão, café e outros, o distrito vem se ressentindo da falta de um estabelecimento bancário, para abrigar as suas transações comerciais, agrícolas e particulares, que se avolumam em ritmo crescente a cada safra.

Comerciantes, agricultores, todos estão unidos neste propósito, que conta com a participação ativa da Câmara de Vereadores e do Senhor Prefeito Antônio da Silva Machado, que já se colocou à disposição do Banco do Estado do Paraná, para facilitar a instalação da nova agência.

O Distrito do PANEMA é hoje uma verdadeira potência agrícola e está recebendo, exatamente por isso, uma série de importantes benefícios. Através da Prefeitura Municipal, asfaltamento de suas ruas, construção de creche, praça, esporte, clube social, etc. O Governador do Estado, atendendo aos nossos apelos e reconhecendo a sua pujança, já determinou a execução da nova estrada que liga a sede do Município de Santa Mariana, aos distritos do Quinzópolis, Panema, ligando ao Porto Quebra Canoa, numa extensão de 29 900 quilômetros.

Por tudo isso entendemos que é chegada a hora de também se instalar uma agência do BANCO DO ESTADO DO PARANÁ, no Distrito do PANEMA, para que se complete e atenda todos os anseios de uma população ordeira e trabalhadora e que muito tem contribuído para o engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1982.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR — solicitando imediatas providências para implantação de recursos técnicos no sistema de telefonia, objetivando impedir o lançamento de despesas com telegramas fonados (fonegramas), em contas de usuários terceiros.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI.

## JUSTIFICATIVA:

O requerimento em tela é motivado pelo fato de que pessoas inescrupulosas, valendo-se do serviço de telegramas fonados (fonegramas) implantado pela TELEPAR, emitem suas mensagens, fornecendo a telefonista atendente, o número de determinado aparelho, pertencente a um terceiro usuário.

O ato ilícito e condenável pode ser normalmente evitado, caso a empresa determine a implantação de recursos técnicos que permitam checar a procedência da chamada.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“No dia 12 p. passado, o Deputado EDILSON ALENCAR pronunciou discurso, nesta Casa, pedindo o afastamento do Superintendente Regional do IAPAS, Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG, fazendo relato de irregularidades que teriam sido cometidas por aquela autoridade.

Venho a esta tribuna, para refutar, veementemente, as afirmações do nobre Deputado e trazer esclarecimentos aos ilustres componentes desta Casa a respeito da verdade dos acontecimentos.

A origem dos fatos denunciados, se encontra em carta anônima encaminhada em janeiro de 1980 ao Excelentíssimo Sr. Ministro JAIR SOARES, que denunciava a existência de uma firma de assessoria de nome ORTRAP, que seria constituída por esposas de dois fiscais do instituto, e por outras pessoas estranhas ao seu quadro funcional, bem como denunciava, especificamente, dois fiscais do IAPAS, como autores de procedimento irregular em levantamento de quantias do FGTS, por ocasião de ação fiscal que realizavam na Cidade de Foz do Iguaçu.

No intuito de apurar o que de verdade havia em tal denúncia, o Excelentíssimo Sr. MINISTRO JAIR SOARES, determinou a rigorosa apuração das irregularidades, o que foi feito de imediato, com a cobertura de sindicância determinada pelo Superintendente Regional do IAPAS — Sr. CARLOS ERNESTO CARLBERG.

Dai, seguiu-se a abertura do competente inquérito administrativo, determinado pelo Presidente do IAPAS, que teve como Presidente, um “assessor” do Sr. Ministro, que após 90 dias de rigorosa apuração, concluiu seus trabalhos.

Os dois fiscais indiciados, pelas irregularidades cometidas em Foz do Iguaçu foram demitidos da instituição.

Foram ainda afastados dos seus cargos, o Secretário Regional de Arrecadação e Fiscalização, o Coordenador Regional de Fiscalização e o Chefe da 1.ª Região Fiscal, os quais, embora conhecedores das irregularidades praticadas, vinham apurando com morosidade os fatos.

As denúncias relativas à firma de assessoria trabalhista e previdenciária de nome ORTRAP, que teve seu início em 1976 e encerramento em meados de 1977, já havia, em princípio de 1978, sido objeto de investigações pela Presidência do Pré-IAPAS, nada se apurando de irregular.

No entanto a denúncia constante da carta-anônima de jan/80, voltava a fazer acusações sobre sua existência.

Mais uma vez a referida firma foi objeto de rigorosa verificação, nada apurando a Comissão de Inquérito sobre o que constava da denúncia, inclusive no que se refere ao enriquecimento ilícito de seus componentes.

Pelo exposto, Srs. Deputados, pode-se concluir com absoluta segurança, que a afirmação do Deputado EDILSON ALENCAR carece de total veracidade, pois os implicados nas irregularidades apuradas com rigor, como manda a lei, foram exemplarmente punidos.

Em nenhum momento o Sr. Superintendente Regional do IAPAS no Paraná, teve seu nome envolvido nas irregularidades apontadas, senão mandando apurar em enérgica ação aquilo que se denunciava.

Eis a razão pela qual permanece em seu posto, pois trata-se de Servidor-Fiscal de Contribuições Previdenciárias - que, há mais de 30 anos, vem dedicando sua vida à causa da Previdência Social, com invejável currículo de serviços prestados à instituição, motivo pelo qual vem galgando, através dos anos, a estima e admiração de seus colegas e superiores hierárquicos, que o credenciaram ao exercício dos cargos de direção que exerceu e exerce nestas três décadas de atividades.

Com relação a denúncia do que o Superintendente do IAPAS teria falsificado Termos Aditivos a Contratos de Representantes Locais, é mister se esclarecer que, em data de 21 de maio de 1979, o ex-Superintendente Regional do INPS no Paraná, Sr. MAURÍCIO DE SOUZA MOURA, no momento em que tomava conhecimento de que o Sr. Ministro JAIR SOARES o demitiria do cargo, sendo substituído pelo Sr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA, e confirmara a permanência no cargo do Superintendente do IAPAS, Sr. CARLOS ERNESTO CALBERG, protocolizava na Direção Geral do INPS, um documento-denúncia, acompanhado de vários anexos em que acusava o Superintendente do IAPAS de haver assinado referidos Termos Aditivos com data falsa, além de ocasionar prejuízos financeiros ao INPS.

Como não poderia deixar de ser, o Sr. Presidente do INPS determinou a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA cujo processo tomou o número INPS-DS/5.027.571/79.

Presidida por Procurador Autárquico oriundo da Direção Superior do INPS, foi a sindicância regularmente processada, a fim de apurar as denúncias de irregularidades na assinatura de Termos Aditivos.

Realizada a sindicância, após minucioso exame dos fatos denunciados, concluiu-se pela IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA, cuja decisão constante às fls. 71, do processo citado mereceu a seguinte redação-publicada no Boletim de Serviço - INPS n.º 44, de 05.03.80.

"ASSUNTO: Sindicância instaurada para apurar denúncia do servidor MAURÍCIO DE SOUZA MOURA sobre irregularidades que teriam ocorrido na elaboração de Termos Aditivos a contratos de Representantes Locais, na SRPR, com envolvimento de servidor.  
PARECER da Coordenadoria de Recursos e Revisão:  
PELA IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA"

Vê-se, pois, que o Dep. EDILSON ALENCAR, incorreu em primário erro, ao se apressar em apresentar denúncias que já foram objeto de ampla apuração em Inquéritos e Sindicâncias Administrativas, sendo adotadas pelas autoridades responsáveis, todas as medidas exigidas em lei, nada mais havendo a apurar.

Demonstrando seu aqodamento em receber denúncias infundadas e transformá-las em discursos acusatórios e numa demonstração de desconhecer o funcionamento da organização administrativa da Previdência Social, o Dep. EDILSON ALENCAR afirma que os amigos do Superintendente têm sido beneficiados com a ministração de cursos e funções de treinamento, sempre com satisfatórias remunerações.

Ignora, em verdade, que tais cursos são realizados por instrutores formados na Escola Superior de Administração Fazendária, por orientação do DASP, e que os selecionados são funcionários de alta formação profissional e elevado gabarito intelectual e moral aptos a transmitir conhecimentos com a melhor técnica disponível.

E, a remuneração que percebem, é aquela estabelecida pelo DASP, dentro das normas oficiais de pagamento de horas-aula.

Na verdade, em 28.08.81, como já o fizera em 26.08.80, o Dep. Borges da Silveira (PP-PR), pronunciou discurso na Câmara Federal voltando a repetir as mesmas acusações já objeto de apuração regular em Sindicância e Inquérito Administra-

tivo, e encaminhando ao Sr. Ministro JAIR SOARES - cópias de elementos constantes dos processos já citados.

Mesmo se tratando de assuntos já apurados regularmente, o Sr. Ministro da Previdência Social determinou a verificação em processo administrativo, das denúncias que eram com insistência renovadas.

Efetivamente foi constituída pela Presidência do IAPAS uma Comissão de Inquérito, composto por Procuradores e Fiscal oriundos do Rio de Janeiro, os quais se instalaram nas dependências da Consultoria Jurídica do INAMPS, e requisitaram da Superintendência Regional do IAPAS, uma funcionária para atuar como Secretária da Comissão, conforme aliás é praxe administrativa, já que a atividade de uma Secretária/o de Comissão de Inquérito, nenhuma ingerência tem no desenvolver das apurações, desde que sua função é meramente administrativa.

Por motivos desconhecidos, após cerca de 20 (vinte) dias de trabalhos, referida Comissão recebeu determinação superior para retomar ao Rio de Janeiro, interrompendo seus trabalhos.

Inconformados com tal paralisação, que visava afinal, de uma vez por todas esclarecer as insistentes e repetidas denúncias, o Dep. Alípio Ayres de Carvalho, Coordenador da Bancada Federal e Vice-Líder do Governo, enviou telex n.º ..... 0207/81, em 22.10.81, ao Dr. José Ferreira da Silva, nos seguintes dizeres:

"Tendo conhecimento suspensão Comissão Inquérito dessa Presidência para apurar fatos aduzidos no Processo IAPAS-DG-1.039.757/81, relacionado assuntos Superintendência Paraná vg encareço possibilidade prosseguimento referido inquérito fim levantar de uma vez denúncias estão sempre focalizadas imprensa e Congresso Nacional colocando suspeição trabalho Superintendente CARLBERG que foi indicado nossa Bancada Federal PDS-PR pt Muito grato pt Abraços Deputado Alípio Carvalho, Vice-Líder PDS e Governo"

Em resposta o Dr. José Ferreira da Silva - Presidente do IAPAS, enviou ao Deputado Alípio Ayres de Carvalho o Telex n.º 604, de 10.11.81, nos seguintes dizeres:

"Acusando recebimento telex vossencia n.º 587, de 06.11.81, retransmito telex n.º 590, de 29.10.81.

"Sirvo-me presente para comunicar vossencia, relativamente solicitação apresentada através telex BSB-DF 4.200, de 23.10.81, que determinei imediata constituição nova Comissão Inquérito, evitando, desta forma, solução continuidade. Esclareço finalidade providência adotada foi assegurar prosseguimento apuração fatos aduzidos processo IAPAS número 1.039.757/81, relacionado assunto Superintendência Regional-PR. CDS. JOSÉ FERREIRA DA SILVA, Presidente do IAPAS".

A nova Comissão de Inquérito, oriunda do Rio de Janeiro, é também composto por dois Procuradores e um Fiscal, chegou a Curitiba, e por quase quatro (4) meses realizou todas as investigações que se impunham, a fim de apurar as denúncias que nada mais eram do que repetições insistentes de anteriores fatos denunciados e convenientemente apurados.

Concluiu o seu trabalho em fins de fevereiro p.passado e retomou ao Rio de Janeiro, onde por certo deve ter entregue a quem de direito a conclusão dos trabalhos. Resta aguardar a divulgação oficial do resultado do Inquérito, que por força de lei deverá ser conveniente publicado.

Com relação a abertura de inquérito constante do BSL-IAPAS-PR n.º 18, de 10.03.82, tratou-se de ato de absoluta rotina administrativa, já que após denúncia recebida do Chefe da Seção de Arrecadação da Agência de Curitiba, e após diligências preliminares, determinou o Sr. Superintendente Regio-

nal do IAPAS uma sindicância administrativa e, pelas suas conclusões, houve necessidade de se constituir uma Comissão de Inquérito, a qual está com seus trabalhos em andamento, visando apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Como se vê, a afirmativa do nobre Deputado EDILSON ALENCAR de que o Superintendente do IAPAS apenas determinou a abertura do inquérito a contra gosto e com receios de ser atingido, é pura imaginação, e não encontra respaldo na verdade dos fatos.

Com estes esclarecimentos, entendemos ser necessário colocar ponto final nas malévolas acusações do Dep. EDILSON ALENCAR, que por certo, está sendo instrumento de já localizado, conhecido e diminuto grupo de Fiscais do IAPAS no Paraná, os quais movidos por paixões e interesses pessoais inconfessáveis, procuram, sem sucesso, já há alguns anos, tumultuar, com boatos, difamações e calúnias a Superintendência Regional do IAPAS no Paraná, na pessoa digna e honrada do Sr. Carlos Ernesto Carlborg.

Era o que tinha a dizer."

Queríamos, Sr. Presidente, também, neste momento, deixar registrado nesta Casa a nossa posição com referência às acusações que recebeu o nosso eminente companheiro e Presidente do nosso Partido, Deputado Norton Macedo. Não poderia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixar de manifestar, uma vez que conheço o nosso Presidente já há muitos anos, desde sua primeira legislatura, nós tivemos oportunidade de disputarmos eleição na mesma área. E durante essa convivência, durante o desempenho de seus dois mandatos, nós pudemos verificar a lisura com que tem desempenhado a sua função, a sua independência e tem honrado a Bancada paranaense com os seus pronunciamentos, tem merecido o respeito da Bancada Federal.

E, não poderia deixar de tomar uma posição de apoio ao nosso Deputado, ao Presidente de nosso partido, que sempre procurou defender os interesses paranaenses sem nunca visar o seu interesse pessoal.

As acusações, nas épocas das eleições, sempre são normais de onde vêm, porque aquele que bem desempenha a sua função quando vêm as novas campanhas, ele tem muito que falar ao povo, ele tem que prestar conta de seus atos e de tudo aquilo que realizou em favor do povo. Mas, aquele que nada tem realizado, tem que procurar a disfarçar com ataques, calúnias a pessoas alheias, procurando dar uma demonstração de seu trabalho na sua vida parlamentar, na sua ação no Executivo ou em qualquer setor.

Por isso, nós queremos dizer, que não concordamos com as acusações feitas pelo atual Senador Leite Chaves, que esteve alheio ao nosso Estado nesses 8 anos e vem, agora, acusar o Presidente do nosso Partido, que tão bem tem defendido os interesses paranaenses, e marcado uma posição na nossa Bancada na Câmara Federal.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Terminada a Hora do Expediente, consulto à Liderança do PDS se deseja usar o horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendíamos voltar mais a este assunto, entretanto, ontem, solicitamos e obtivemos um aparte ao pronunciamento do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, mas o tempo estava esgotado e nós não pudemos discordar de algumas colocações feitas pelo Deputado. Especialmente referindo-se ao nosso pronunciamento, quando nós defendíamos, há dias atrás, uma tese que para melhor seu entendida, talvez, deva ser condensada em poucas palavras.

É ofender a inteligência da opinião pública, transformar o

discurso político, cuja oportunidade se abre aos partidos em uma troca de injúrias.

Isto é, de ofensas à dignidade ou ao decoro de alguém.

Achamos perfeitamente válido que a Oposição critique o Governo, porque essa é realmente a sua função e que aos membros do Governo seja dada a oportunidade, também, de emitir opinião sobre o comportamento dos membros da Oposição.

Nós não aceitamos, como declarou em entrevista à imprensa, o candidato a Governador pelo PMDB e hoje Senador José Richa, que o nível da campanha próxima chegará até à xingação de mãe.

Quer dizer, isso não podemos aceitar, evidentemente. Mas falamos sobre o assunto no calor da revolta, de vermos o Presidente do nosso Partido, Norton Macedo, insultado pessoalmente, ofendido em sua dignidade e honra, pelo Senador Leite Chaves.

Ontem, falou-se aqui que o Senador Leite Chaves fala inglês, francês e é o maior jurista deste País, mas isso não lhe dá o direito e até a Oposição tem que reconhecer isto, de ofender a dignidade e a honra de um outro político.

Nada diríamos, não viríamos a esta tribuna, se o Senador houvesse criticado atos públicos, políticos, do Presidente do nosso Partido. Porque seria do seu inteiro direito de emitir opinião. Foi o que tentamos fazer em nosso direito, ao analisar a figura do Senador Leite Chaves, abordando a sua conduta pública, mas jamais a sua vida privada.

Sabemos como são raras as oportunidades de um membro do Congresso Nacional assomar à tribuna para um pronunciamento, presumindo-se, portanto, que quando o faça, tenha devidamente pensado naquilo que irá dizer. E o Senador Leite Chaves, repito aqui, acusou de nazistas as "nossas Forças Armadas, e no dia seguinte se retratou. Foi isso o que eu disse, que ninguém poderá negar. No País inteiro, a imprensa nacional publicou. Então, foram bem empregados os nossos adjetivos. Ou estava mentecapto, quer dizer, privado da mente e que não tem nenhuma ofensa pessoal, se se analisar friamente o meu pronunciamento. Eu disse, ou ele estava mentecapto, privado da mente, ou foi pusilânime em afrontar consequências daquilo que realmente pensava, retratando-se para fugir à responsabilidade.

E dissemos qui também, que o povo há de julgar nas urnas o Senador Leite Chaves e que será uma oportunidade grata, porque só na democracia é dada a oportunidade ao eleitor de rejulgar suas preferências. Exemplares democracias como a norte-americana, em seus 200 anos de imutável Constituição, tiveram ótimos Presidentes, Presidentes mais ou menos e péssimos Presidentes. No rejulgamento eleitoral, a sociedade norte-americana fez justiça a esses homens públicos.

Estávamos ainda abordando o comportamento político do cidadão Leite Chaves, ao afirmarmos não ser crível a sua reeleição, porque seria duvidar da capacidade de entender do eleitorado paranaense mais ainda, seria uma ofensa às qualidades dos homens que se anunciam também postulantes de candidaturas ao Senado pelo PMDB, Srs. Álvaro Dias, João de Mattos Leão ou Alencar Furtado.

Dissemos também que a escolha do Sr. Leite Chaves deveu-se a incidente eleitoral, porque ninguém ignora que a candidatura ao Senado pela Oposição, naquela oportunidade, foi oferecida a vários membros do então MDB. Políticos atuantes e militantes que não a aceitaram, porque não se esperava, ninguém do MDB esperava em 74, agora não adianta cantar loas, mas em 74, ninguém do MDB esperava caráter plebiscitário que as eleições de 74 assumiram. E os méritos do candidato ficaram para segundo plano.

Ter-se-ia eleito um poste, como em São Paulo elegeram um "cacareco". Méritos não houve para o Sr. Leite Chaves. Apenas deméritos para o seu Partido, que não encontrou pessoa melhor qualificada para capitalizar com inteligência a mani-

festação de protesto do eleitorado paranaense.

Essa é a grande realidade. Hoje não adianta vir com outra história aqui, porque o Partido era pujante que se esperava a vitória do Senador. A realidade foi esta. Ninguém quis pegar o abacaxi, porque não se esperava aquela manifestação de protesto que marcou a maior vitória do PMDB aqui no Estado do Paraná, em quase todo o Brasil. Esta é a grande realidade. Até...

O Sr. Gabriel Manoel — Permite-me um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Até eu sobreí naquela. Não é que eu queira ser grande coisa, mas tinha o meu eleitorado mais ou menos cativo por vinte e tantos anos de trabalho honesto que fiz na minha vida pública, mas sobreí também. Agora, alguém iria adivinhar, em 74, que ia sobrar? Ninguém quis, no MDB, ser candidato a Senador. Se pusesse lá um poste, seria eleito o poste. Como em São Paulo elegeu-se o "cacareco", campeão de votação nas urnas. E mesmo que em 1982 se repita o fenômeno de 74, o Senador Leite Chaves não voltará, porque, desta feita, a Oposição está oferecendo ao eleitorado melhores opções.

Claro, conhecemos desta Casa um Álvaro Dias, um Alencar Furtado, melhores que o Sr. Leite Chaves, as opções que o PMDB está oferecendo, porque, piores, é impossível.

No dia seguinte ao nosso pronunciamento, apresentou-se à tribuna o nobre Deputado Waldyr Pugliesi para fazer a defesa do Sr. Leite Chaves. Congratulamo-nos com a intenção deste grande Deputado, que é meu amigo pessoal. Tanto quanto nós próprios vinha à Casa, antepor seus ataques contra o companheiro, isto é lealdade, isto é brio. Temos que reconhecer isto no Deputado Waldyr Pugliesi, que admiro, que sinceramente gosto.

Mas, há de notar Sua Excelência que, em momento algum, como já ficou claro, nós julgamos algo além da figura política do Sr. Leite Chaves.

Peço licença ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, até para agradecer a elucidação melhor desta curiosa figura que é o Senador Leite Chaves, em cujas qualidades decantadas ontem pelo Deputado Waldyr Pugliesi está em entoar a Asa Branca em francês e o Assum Preto em inglês. Não sabia destas qualidades do Senador. Sinceramente, não sabia que o homem era disto também.

Agradecer também ao Sr. Waldyr Pugliesi, haver informado que o Sr. Leite Chaves fornece assessorias a empresas multinacionais nos Estados Unidos, na qualidade de jurista. Quero agradecer esta informação.

Concluiu-se então, que a petição que recentemente ele apresentou ao nosso Judiciário, aqui, pedindo informações sobre negócios do Estado, era só brincadeira. Se ele é o maior jurista deste País, ele não podia fazer uma petição naquelas condições. Ele sabia que seria rejeitada liminarmente, por estar endereçada, ao quê? À autoridade errada. Um grande jurista não pode fazer isto.

É interessante notar também a descrição das sensibilidade pessoais do Sr. Leite Chaves, que se comove com o drama dos bóias-frias, que saem às cinco horas da manhã, a ponto de sair cantando Asa Branca, no seu Mercedes Benz.

O Sr. José Domingos Scarpellini — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Após dar ao Deputado Gabriel Manoel, o aparte, darei a Vossa Excelência.

Esse lado humano do Senador Leite Chaves realmente merece os nossos elogios, o nosso reconhecimento e que os Anais registrem. Ele se comove, pega o seu Mercedes Benz e sai cantando Asa Branca.

Quanto ao protesto do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, de que o Sr. Dalton Paranaguá teria chamado o candidato

José Richa de desonesto, é comentário de outros. E num nível diferente. Eu jamais faria uma coisa dessas. Jamais faria, pelo respeito aos candidatos. E conheço a história do Sr. José Richa.

Sei que é um moço que veio de baixo, que lutou e que tem o seu valor pessoal. Eu não faria jamais isso. Acho que se o Sr. Dalton Paranaguá não provar que sua afirmativa é verdadeira, pode ser chamado aos tribunais e condenado como caluniador. Mas agora cabe a quem é o ofendido, impetrar a ação. Mas deve-se notar que mesmo na maior gravidade de que se reveste o crime de calúnia, o conceito certo ou errado, não adentrou o terreno de que o decoro, decoro pessoal, mas somente de conduta pública.

Feito este desabafo e esclarecidos estes pontos de vista ainda nebulosos, dou o assunto por encerrado, sob pena de incorrer naquilo que nós mesmos condenamos. O discurso político em respeito à inteligência da opinião pública. Deve, no meu entendimento — posso estar errado, ater-se antes a anseios paranaenses, que são muitos, que são suficientes para absorver não só o meu tempo, mas o tempo de todos os Deputados desta Casa. Que eu reconheço homens preocupados com a coletividade paranaense.

Nunca vi nenhum Deputado aqui desta Casa que não tivesse a sua preocupação de representar bem o povo, que não tivesse a sua preocupação em ver pelo menos resolvidos, problemas básicos da população paranaense. Essa tem sido a linha de conduta não só dos componentes do meu Partido, mas de todos os Membros da Oposição, haja vista que, quando aqui se apreciam mensagens do Poder Executivo, ou no tempo do Sr. Canet ou no tempo do Sr. Ney Braga, a Oposição criticou pontos de vista; criticou pontos que mereciam ser criticados, segundo o entendimento da Oposição, naquelas mensagens. Mas jamais negou seu apoio, quer nas Comissões Permanentes da Casa, quer em Plenário.

Os próprios empréstimos externos de que o Senador Leite Chaves exagerou muito, porque projetou a dívida de 25 anos, que vencer-se-á daqui há 25 anos, como dívida do Estado, atual, aí o exagero também do Senador Leite Chaves que provou mais uma vez, desconhecer a situação do seu Estado.

Inclusive esses empréstimos externos tiveram aqui, por parte da Oposição, a melhor das acolhidas. Esteve aqui o Secretário de Planejamento, o Secretário de Finanças, que debateram exaustivamente com a Oposição, a conveniência ou não de que o Poder Legislativo concedesse a necessária autorização. Mas a Oposição, naquela oportunidade, apresentou reparos oportunos às mensagens. Acabou rendendo-se ao interesse maior que é o interesse do Estado do Paraná, do povo do Paraná. E votou, autorizou. E se não se votou contra, pelo menos contribuiu com sua votação para o quorum necessário à aprovação daquelas mensagens. Isso tudo eu reconheço. Reconheço em todos os homens da Oposição. Tenho divergência com muitos aqui dentro, sempre tive, mas isso é o calor dos debates que nos levam às vezes até a faltar com o respeito com alguns companheiros.

Mas apenas...

(É desligado o som).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento não poder dar os apartes aos eminentes Companheiros.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se pretende usar o seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, farei uso da tribuna no Horário da Liderança, durante oito minutos, e o restante, usará da tribuna o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra no Horário da Lide-

rança do PMDB, ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Nos últimos dias os discursos oficiais estão eivados de insinuações e acusações às forças democráticas deste País. Pretendem atribuir às oposições e, especialmente, a nosso Partido, o caráter do que chamam revanchismo. Um esforço para dar essa tônica ao debate político atual é percebido no verdadeiro coro, monocórdico e estafante, em que se transformaram os pronunciamentos que parte das hostes do regime.

Não é uma iniciativa nova. Nem se pode dizer que esta seja uma iniciativa brasileira. Se recorrermos à História, veremos que em situações como esta que estamos vivendo, sempre se levantam as vozes que libertam fantasmas, anunciam desastres, fazem previsões de catástrofes. Quando não há o que opor ao novo que surge com a promessa de paz e bem-estar social como contraposição ao caos instalado, os responsáveis pelo caos, a falta de argumento em sua defesa, afirmam que o novo poderá trazer o caos ainda maior. Um expediente utilizado pelo desespero dos que estão para serem apeados do poder desde a época da Roma dos Césares.

O que nos ensina esta situação?

Primeiro que o regime reconhece que conduziu este País ao período mais difícil de sua história. Nunca vivemos uma crise econômica, social e política tão profunda. Nunca vimos a Nação diante de riscos tão grandes de ver turvada sua soberania. Nunca o povo brasileiro foi tão relegado à miséria e à insegurança, como hoje. Como é difícil explicar a responsabilidade sobre este desastre, resta a fórmula do General Alípio Ayres de Carvalho no dia de ontem: “o povo ainda acredita que ruim conosco, pior com eles”.

É a admissão pública, clara e objetiva de que com o PDS no poder, as coisas estão ruins. E nesta situação só é possível dizer que com a Oposição será pior. Acontece, senhores, que a experiência vai demonstrando que o povo não é sensível a este tipo de argumentação. E não se conhece na história, desde a época dos césares alguém ou grupo que tenha permanecido no poder alegando que é péssimo mas que o adversário, no seu entender, é pior.

A segunda lição que extraímos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a de que permanece como traço marcante da ideologia do regime o absolutismo. Acreditar que a substituição no poder é algo indesejável para a Nação, sob a alegação de que ninguém mais tem condições de governar este País, é a base da concepção totalitária. E é desta concepção que decorre o comportamento do regime que se atribuiu à infalibilidade.

Ora, senhores, quando esta infalibilidade é colocada em cheque pelo teste das urnas, o Governo procura estabelecer todo o tipo de regras e normas que possa lhe assegurar a vitória. Uma vitória impossível, como demonstram as tendências observadas na sociedade e que apontam ampla vitória das oposições no pleito de novembro.

A terceira lição que me ocorre assinalar é a de que diante da derrota, crescem os temores de todos os que se habituaram a governar sem legitimidade. Da comodidade do despotismo exercitado durante tanto tempo passar à condição de marginalizados do poder é algo difícil de aceitar. E se agigantam os temores de ver a Oposição democrática em condições de julgar cometimentos do passado. É o medo movido pelo desespero da derrota iminente que não permite perceber nem mesmo o caráter do adversário. Julgando os democratas por si mesmos, pensam os que estão no poder que a política para o PMDB é um ato de vingança. O PMDB e todas as forças democráticas deste País sempre pautaram sua ação pelo firme objetivo de por fim exatamente ao arbítrio e à violência. Quer justiça, quer ordem, quer a paz social. Quer este País desenvolvido ao Estado de Direito, onde todos, realmente, sejam iguais perante a lei, e respondam por seus atos. Jamais, no entanto, utilizará do

poder como instrumento de coerção, de violência, o que caracterizou a vida brasileira nos últimos 18 anos.

O revanchismo, senhores, não deve servir de alegação para os que precisam se proteger do julgamento democrático. É um justificativa tão gasta que soa como escárnio perante o revanchismo daqueles que não aceitando os avanços democráticos, procuram impedir a conquista de amplas liberdades políticas pelo tumulto, pela intimidação, pelo terrorismo. Diante de eleições procuram atemorizar a sociedade com a perspectiva de um confronto que ultrapasse os limites do jogo democrático é expediente inútil. Mesmo porque sabe a sociedade que os responsáveis pela quebra da vigência da democracia em nosso País são os que estão no poder. A oposição sempre pediu eleições, o respeito aos direitos humanos, a independência dos poderes constituídos, a vigência de uma Carta Constitucional. Não foi a Oposição que empalmou o poder à revelia do desejo da maioria e por força do arbítrio e da violência. Não foi a Oposição que derogou todos os direitos básicos do homem para fazer valer a repressão policial mais odiosa de que se tem notícia na história do Brasil.

A Oposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sempre lutou para que todos tivessem a mesma oportunidade de justiça. Sempre considerou um atentado à consciência democrática e à Nação a perseguição política, a prisão, a tortura e mesmo o assassinato de oposicionistas. E a Oposição democrática deste País, senhores, jamais cometeria estes crimes. Tenham certeza os temerosos de que não seriam os democratas que cometeriam ou respaldariam atos odiados como estes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vive o País um momento decisivo de sua história. Caminhamos para a democracia ainda sob o risco e as ameaças totalitarismo dos mesmos que infelicitaram a vida desta Nação por tanto tempo. Creio que as acusações e os temores de revanchismo partem daí, do desespero daqueles que não conseguem se ajustar à vida democrática.

Nós, do PMDB, encarnamos este desejo de democracia com tanta ansiedade e esperança que tudo faremos para fazer valer a justiça. Para vivermos num País onde todos tenham direito à defesa e que sejam julgados por seus crimes em tribunais comuns, pela legislação comum a todos e que respeite, antes de tudo, os direitos básicos do homem.

Tenham certeza, senhores, de que sob um governo das forças democráticas deste País, não se repetirão os casos de Wladimir Herzog, de um Fiel Filho. Não teremos mais prisões arbitrárias nem leis especiais para o julgamento de crimes ditos políticos. Será respeitada a liberdade de expressão, de organização, o direito de pretender chegar ao poder para colocar em prática o que considera melhor para o conjunto da sociedade. Tenham certeza os temerosos, os que anunciam o fantasma do revanchismo procurando passar à sociedade o medo que sentem da justiça, que não teremos governos democráticos que persigam professores, estudantes, funcionários públicos como método de sobrevivência política.

Revanchismo, senhores, é o dos que anunciam o revanchismo e pretendem instalar o medo para dele tirar proveito e tumultuar um processo que deve nos conduzir à liberdade. Uma liberdade que atribuída a todos certamente fará desaparecer privilégios, mas fará imperar a justiça e a democracia”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Gilberto Carvalho) Nos cinco minutos restantes, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“O País está mergulhado numa crise que é econômica e social, mas sobretudo, política.



Recessão, inflação a cem por cento, as mais altas taxas de juros reais do mundo, dívida externa sufocante, agricultura desalentada, finanças públicas em estado caótico, isto basta para dar idéia da desordem econômica em que vivemos.

O panorama social é desalentador. Nas cidades há milhões de desempregados e subempregados; os salários dos trabalhadores são insuficientes; há favelas por toda parte; o transporte coletivo é caro e bisento; a saúde foi relegada a um plano inferior; a educação transformou-se numa indústria lucrativa; o meio-ambiente é agredido irracionalmente, as tarifas dos serviços de utilidade pública são cada vez mais insuportáveis; no campo, há milhões de homens sem terra; há milhões de bóias-frias errantes sem trabalho permanente nem proteção legal; há milhões de parceiros e rendeiros sujeitos à exploração mais selvagem.

Assim, o documento "Esperança e Mudança", do PMDB, inicia suas colocações sobre a realidade brasileira, seu quadro de contrastes econômicos, sociais e políticos, para demonstrar aos militantes do meu partido, a todos os políticos e a toda a população, a necessidade de profundas mudanças, tendo por ponto decisivo a Assembléia Nacional Constituinte, que será a reafirmação da soberania popular, para a consecução da Segurança Nacional.

E continua o estudo elaborado pelo Instituto de Estudos Políticos e Sociais da Fundação Pedrosa Horta: "é este estado de coisas que se quer perpetuar e aprofundar. A "abertura política" pretende conceder para manter o poder monopolizado nas mãos de poucos, no âmbito de um regime viciado pela exceção".

... "Os poderosos querem fazer crer que trilhamos o único caminho possível, que estamos condenados irremediavelmente a um arremedo de democracia, à desordem econômica e à deterioração das condições de vida".

"Mas a Nação, pelas suas forças mais expressivas, se levanta. Sabe que estamos vivendo momentos decisivos que deverão marcar nossos destinos por gerações. Sabe que esta é uma hora de esperança: a esperança fundada num País que possui uma indústria moderna e integrada, uma agricultura cheia de potencialidades, recursos naturais abundantes e, especialmente, um povo criativo e generoso... A Nação sabe que chegou o momento de mudanças profundas nas estruturas da sociedade e do Estado".

... "A democratização das estruturas políticas, sociais e econômicas deve assentar-se em pilares muito claros. Sem uma ativa participação política popular, sem partidos políticos sólidos, sem liberdades públicas plenamente garantidas, sem planejamento democrático, sem uma legislação independente, atuante e forte, sem um judiciário aparelhado e com prerrogativas que assegurem sua autonomia, sem o restabelecimento da vida federativa, não poderá haver democratização das decisões. E a democratização das decisões é requisito indispensável à justiça social e à independência nacional".

Colhidos estes subsídios organizados para retrair a situação brasileira, podemos agora perguntar-nos: o que impede a efetiva democratização do Brasil? Quais são os obstáculos para a manifestação da soberania popular e nacional através do fortalecimento de suas instituições representativas, em todos os níveis da vida nacional?

Podemos afirmar que existem duas grandes barreiras para que se alcance imediatamente a democracia almejada pelo consenso nacional. A democracia sem adjetivos, que é a forma política de auto-determinação do povo na convivência das classes sociais e na pluralidade política e ideológica própria da sociedade em que vivemos. Estes dois obstáculos são: a prática da usurpação do poder legítimo e a tentativa de legitimar essa prática pela legalização do uso da força.

Em outras palavras, o centro da questão política brasileira é a tentativa constante e sobremodo agressiva de institu-

cionalizar o arbítrio.

Tentativa essa que vem marcando a vida nacional nos últimos 20 anos. Mas que, felizmente, vem encontrando a resistência dos elementos mais representativos dos interesses nacionais e populares. Resistência árdua e tenaz, cheia de tropeços e de gloriosas jornadas.

Ao longo dos anos, vemos, assistimos e participamos da luta política que estabelece um claro divisor de águas entre os interesses nacionais e os de empresas e grupos monopolistas e países imperialistas; entre os interesses nacionais populares e os de grupos econômicos e políticos que detém o poder e dominam o governo; entre lideranças sociais e políticas que reivindicam melhor funcionamento de governo e dos aparelhos do Estado e a tecnoburocracia civil e militar que se apropria desses aparelhos segundo o jogo de interesses privados que realiza.

O direito legítimo de postular, de autodefender-se da coerção e da exclusão das decisões que afetam o povo é limitado pela prática da usurpação de poder, e mais ainda, pelo instrumento principal que a justifica: a Doutrina de Segurança Nacional, estatuída no Decreto-Lei 898, de 21 de setembro de 1969, a chamada Lei de Segurança Nacional.

Por essa doutrina e pela lei que a expressa, alguns grupos de pessoas, um plenário não representativo da nacionalidade, composto no máximo por uma centúria de notáveis, disse o que convinha a todos os 120 milhões de brasileiros que hoje formam a Nação. E não só disse de maneira cabal e intimidativa o que convinha e convém aos brasileiros como capitulou penas severas a todos aqueles que não concordassem com sua filosofia, seus alinhamentos, seus interesses, sua geopolítica e sua maneira de ver os fatos e problemas econômicos, políticos, sociais, culturais, nacionais.

A Lei de Segurança Nacional e seu conteúdo doutrinário expressam a situação da minoridade civil, da tutela a que continua submetida toda a sociedade brasileira. E ainda é colocada como uma das condições para que cheguemos à democracia, naturalmente, por força dos paradoxos que a inteligência e a razão não podem explicar.

É o famoso "desde que. . .", o preâmbulo concessivo com que o autoritarismo e a ditadura sempre pretenderam obter a legitimação nos momentos de crise e de impasse.

Num estudo a respeito da Lei de Segurança Nacional, o jurista Heleno Fragoso diz: "5 - Caracterizava-se... o Decreto-lei 898, pela fiel incorporação da Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pela Escola Superior de Guerra. Isso transparece, com extrema nitidez, nas definições inúteis e vazias contidas nos artigos segundo e terceiro e seus parágrafos.

"Segundo tal doutrina, entende-se por segurança nacional o grau relativo de garantia que, através da ação política, econômica, psicossocial e militar, o Estado proporciona à Nação, para a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões, existentes.

"A garantia a que se refere o texto é proporcionada pelo PODER NACIONAL, que se define como 'expressão integrada do meios de toda ordem de que efetivamente dispõe a Nação numa determinada época', exercendo-se através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, para assegurar a consecução dos OBJETIVOS NACIONAIS".

E ainda: "A segurança nacional, compreende a SEGURANÇA INTERNA que diz respeito aos antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou possam manifestar-se no âmbito interno do País. E a SEGURANÇA EXTERNA que diz respeito aos antagonismos ou pressões de origem externa, surgidos no domínio das relações internacionais. "O conceito de SEGURANÇA NACIONAL tem por fulcro, como se percebe, a consecução dos OBJETIVOS NACIONAIS, os quais são da competência do Conselho de Segurança Nacional estabelecer (conforme o Art. 89, I, da

Constituição Federal). Os OBJETIVOS NACIONAIS são vagamente definidos como cristalização dos interesses e aspirações nacionais em determinado estágio da evolução da comunidade, cuja conquista e preservação toda a Nação procura realizar através dos meios de toda ordem a seu alcance.” E arremata o jurista: “O conceito elaborado constitui mero esquema conceitual sem conteúdo, pois se caracteriza pela imprecisão e absoluta indeterminação. Permitiu, no entanto, que se criasse uma certa mística da segurança nacional, como algo relativo aos mais graves e transcendentais interesses do Estado, com a montagem de um aparato repressivo, que se caracterizou pelo arbútrio e pela violência, com largo emprego da tortura. A suspensão do “habeas-corpus” constitui o mais importante fator da violência transformada em rotina da investigação policial nessa matéria, pois tornava impossível o contraste judicial da legalidade da prisão.

— A Doutrina está presente. A Lei continua aplicada, embora com a flexibilidade tática que convém ao momento brasileiro. E elas negam, essencialmente, qualquer perspectiva real de redemocratização da sociedade; mesmo que se façam eleições. A tutela subsiste sobre a sociedade brasileira. A Lei de Segurança Nacional é um instrumento contra as reivindicações populares. Usada contra dirigentes sindicais, líderes estudantis e contra lideranças de oposição em geral. Podemos dizer que é o principal instrumento político de conservação do regime na sua tática de descompressão política sob o nome de “abertura”, ela justifica e legaliza a prática da usurpação do poder legítimo. E quem a denuncia é contestador e revanchista. Como agora estão aparecendo os corifeus do oportunismo, da corrupção e do entreguismo nacional fazendo acusações provocativas a todos que lutam pela democratização nacional.

— Enquanto não for revogada a Lei da Insegurança Nacional, como a grande preliminar da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, não teremos avançado efetivamente na recuperação econômica, social e política do País. Não teremos marcado um passo decisivo para a democracia.”

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO EMOPAR”, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/81, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Desembargador “ARIEL FERREIRA DO AMARAL E SILVA”. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/81, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE SANTO INÁCIO”, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 149/81, de autoria do Deputado EGON PUDELL, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO MONTE SINAP”, com sede no Loteamento Tarumã, cidade de Toledo. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por

unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 156/81, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que altera o Art. 3.º da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981. (Sobre Transferência de área dos Municípios). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 156/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 3.º — A transferência de área, de que trata o Art. 1.º, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofreram diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos seus membros”.

Art. 2.º — Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões, em 30 de novembro de 1981.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A redação, que se pretende oferecer ao Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, procede da Lei Complementar Federal n.º 39, de 10 de dezembro de 1980, que altera a Lei Complementar Federal n.º 28, de 18 de novembro de 1975, por sua vez modificadora do Art. 6.º, da Lei Complementar Federal n.º 1, de 09 de novembro de 1969, ou seja, o estatuto de criação de municípios.

A mencionada norma, de hierarquia superior, deve prevalecer no confronto com a atual redação do Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12.

Explica-se a necessidade da presente iniciativa, em vista de já estar em trâmite o Projeto original quando adveio a Lei Federal cuja regra ora se insere no diploma legal regente da transferência da área de um para outro Município.

Anexo: Texto da Lei Complementar Federal n.º 39, de 10 de dezembro de 1980.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei Complementar n.º 156/81

O nobre Deputado BASÍLIO ZANUSSO pretende dar nova redação ao Art. 3.º, da Lei Complementar n.º 12, de 17 de novembro de 1981, no sentido de ajustar o referido dispositivo ao contido na Lei Complementar Federal n.º 39, de 10 de dezembro de 1980.

A lei em processo de alteração, que dispõe sobre o procedimento de transferência de área de um para outro município, apenas determina que se dê conhecimento às autoridades dos municípios que perdem território, enquanto a norma federal prevê a Resolução da Câmara interessada, aprovada pela maioria absoluta dos seus membros, no mínimo.

Essa finalidade do projeto, que merece plena acolhida, visto como adota a sistemática imposta pela Lei Federal.

Assim, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 15 de dezembro de 1981.

(aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente

PAULO CAMARGO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Alzira Souza Ribeiro, ocorrido nesta Capital. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Laurindo Parmegiani, ocorrido no



Município de Capitão Leônidas Marques. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

**EM VOTAÇÃO** — A decisão da Mesa de não receber o requerimento encaminhado pelo Sr. Deputado José Tavares, solicitando o envio de expediente à Delegacia Regional do Banco de Habitação sobre o número de conjuntos habitacionais que foram construídos na cidade de Londrina e diversos itens.

Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em não receber o requerimento, queiram levantar-se.

**O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem)** Antes de Vossa Excelência dar o veredito sobre essa solicitação de votação, pediria a Vossa Excelência — e a impressão que tenho, é de que não temos número legal no Plenário — a chamada nominal dos Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho)** — A Mesa defere e solicita do Sr. 2.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal, 17 Srs. Deputados.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental com a seguinte

**ORDEM DO DIA.**

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 147 e 149/81.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 156/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/82 e dos Projetos de Lei n.ºs 24/80, 167 e 168/81.

Levanta-se a sessão.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA  
ATA DA 5ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1982  
(QUINTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, secretariada pelos Srs. Deputados Valter Pietrângelo e Mário Celso.

Às 16:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Tura, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bueno, Romero Filho, Renato Bernardi, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho)** — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2.º SECRETÁRIO** — procede à leitura da sessão extraordinária anterior, a qual é aprovada sem observações.

**O SR. PRESIDENTE (Gilberto Carvalho)** — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 39/80, que cria o Município de "FIGUEIRA", com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Curiúva e divisas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 39/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica criado o Município de Figueira, com território desmembrado do Município de Curiúva e sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

— começa na nascente do Ribeirão da Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras, seguindo por este até o Rio Laranjinha, e seguindo por este até encontrar o Ribeirão São Francisco, e por este até encontrar o Córrego Tabuão, daí até a nascente do Arroio da Esperança e deste por uma linha seca até a nascente do Ribeirão da Areia Branca, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1982.

(aa) **TADEU LÚCIO MACHADO** — Presidente  
**ANTÔNIO COTRIM** — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 60/81, que cria o Município de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Corbélia e divisas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 60/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A .**

Art. 1.º — Fica criado o Município de Braganey, com sede na localidade do mesmo nome, e território desmembrado do Município de Corbélia e divisas seguintes:

— partindo da ponte do rio Rebouças ou Sapucaí, na Gleba 10, seguindo por linha seca a antiga estrada Iguatu à Corbélia até a nascente do Córrego Taquarassu e seguindo este até o Rio Novais; daí segue pelo Rio Novais até a Barra deste com o Rio Piquiri; subindo por este até alcançar a barra do Rio Tourinho, sobe por este até alcançar a divisa com o Município de Cascavel. Daí segue pela divisa dos Municípios de Corbélia e Cascavel até alcançar o Rio Bonito. Daí segue pelo Rio Bonito, até alcançar o Rio Piquirizinho, segue por este até alcançar o Rio Rebouças ou Sapucaí, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1982.

(aa) **TADEU LÚCIO MACHADO** — Presidente  
**ANTÔNIO COTRIM** — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 109/81, que cria o Município de Altamira, sediado na localidade do mesmo nome, desmembrado do Município de Palmital. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE LEI N.º 109/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de ALTAMIRA, sediado na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Palmital e divisas seguintes:

— começa na foz do Rio Preto, no Rio Cantu, subindo por este pela sua margem esquerda, até a sua nascente, ali em linha reta e seca, até a nascente do Rio das Ervas, descendo o Rio das Ervas pela sua margem direita, até a sua foz no Rio Piquiri, descendo o Rio Piquiri pela sua margem direita, até alcançar a foz do Rio Cantu; subindo o Rio Cantu pela sua margem esquerda até alcançar a foz do Rio Preto, ponto inicial.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 114/81, que cria o Município de SANTA TEREZINHA, com sede na localidade do mesmo nome, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 114/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Santa Terezinha de Itaipu, com sede na localidade de Santa Terezinha, território desmembrado do Município de Foz do Iguaçu e divisas seguintes.

— Norte: partindo da ponte da estrada de Santa Helena so-

bre o Rio Passo Cuê, sobe por este curso, no sentido Leste, até a sua nascente aproximadamente, na divisa do Município de Foz do Iguaçu, com o Município de São Miguel do Iguaçu;

— Leste: partindo do Rio Passo Cuê, mais ou menos a altura de sua nascente, na divisa municipal com o Município de São Miguel do Iguaçu, segue por essa no sentido Sul até encontrar a picada da antiga linha telegráfica, que margeia a estrada velha de Guarapuava, no ponto em que esta última transpõe o Rio Apepu;

— Sul: descendo a picada antiga da linha telegráfica acima descrita no sentido Oeste, percorre uma extensão de aproximadamente 17.000 metros, alcançando em ponte localizada aquém da ponte sobre o arroio Sanga Funda, localizada na Fazenda Bonozo, no canto Sudoeste da divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda.;

— Oeste: do canto Sudoeste da divisa do Patrimônio da Colonizadora Criciúma Ltda. parte em sentido Norte, seguindo a linha divisória do patrimônio da firma referida, até o ponto em que esta deriva a Leste, indo daí, em ângulo de mais ou menos 90º, para Oeste numa distância aproximada de 1.800 metros onde reflete ao Norte e em linha reta alcançando a estrada de Santa Helena, pela qual segue, ainda na direção Norte até a ponte nessa estrada sobre o Rio Passo Cuê, no ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.